



Câmara dos Deputados

## Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:

CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL-  
CONDESESUL

DATA DE ENTRADA

03/10/2007

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei que acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente os artigos 80-A, 80-B, 80-C, 194-A e altera a redação dos artigos 83, 84, 149, 191, 194, 262 e dá outras providências.

### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_

PARECER:

DATA DE SAÍDA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

## **CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

**CNPJ:** 03.005.604/0001-19

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato  
( ) ONG ( **X** ) Outros (CONSELHO)

**Endereço:** Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas,  
s/nº, Centro

**Cidade:** Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

**Fone:** (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

**Correio-eletrônico:** andreluis\_melo@yahoo.com

**Responsáveis:** Presidente Zoilda da Paz

### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas "a" e "b" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 02 de Setembro de 2007.

Amílcar Amaral Couto  
Secretário em exercício

### **Sugestão de Projeto de Lei**

**Acrescenta os artigos 80-A e 80-B ao Estatuto da Criança e Adolescente (lei 8069-90) e dá outras providências**

**Art. 1º. Acrescenta os artigos abaixo ao Estatuto da Criança e Adolescente:**

**Art. 80-A. Os responsáveis por estabelecimentos como bares, lan houses, boates, bailes, shows e similares que permitam a frequência de adolescentes sem a companhia dos responsáveis legais deverão obter alvará do Conselho Tutelar, o qual deverá ser fixado em local visível na entrada do estabelecimento e poderá ser cobrado taxa de fiscalização a ser regulada em lei municipal e que será depositada no Fundo da Infância e Adolescência.**

**Art. 80-B. Todo local que fornecer bebida alcoólica para ser consumida no próprio estabelecimento deverá ter autorização do Conselho Tutelar para funcionamento mediante alvará nos termos do artigo acima.**

**Art. 80-C. É vedada a presença de crianças nos locais citados nos arts. 80-A e 80-B sem a companhia dos responsáveis legais.**

**Art. 2º. Altera a redação dos arts. 83 e 84.**

**Art. 83. Nenhum menor de 16 anos poderá viajar para fora da cidade onde reside ou esteja temporariamente, desacompanhado dos pais ou do responsável legal, sem autorização escrita pelo Conselho Tutelar.**

**§1º. ...**

**a) revogado**

**b) se o menor de 16 anos estiver acompanhado:**

**§2º. O Conselho Tutelar poderá, a pedido dos pais ou responsável legal, conceder autorização válida por seis meses. (NR)**

**§3º. Mensalmente o Conselho Tutelar comunicará ao Judiciário e ao Ministério Público a relação de autorizações de viagens contidas contendo nome, data de nascimento da criança ou adolescente, endereço de origem e de destino, telefone para contato, motivo da viagem e quem acompanhou o mesmo.**

**Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior a autorização será emitida pelo Conselho Tutelar e deverá contar com o de acordo do Ministério Público do local de residência da criança ou adolescente, salvo se:**

**....**

**Art. 3º. Altera a redação do art. 149:**

**Art. 149. Compete ao Conselho Tutelar disciplinar, através de Portaria, ou autorizar mediante alvará: (NR)**

**.....**

**§1º. Para os fins do disposto neste artigo, o Conselho levará em conta, dentre outros fatores: (NR).**

**....**

**§3º. As decisões do Conselho Tutelar poderão ser questionadas judicialmente ou enviadas para providências no âmbito do Ministério Público.**

**Art. 4º. Altera a redação do art. 191:**

**Art. 191. O procedimento judicial de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início mediante representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste necessariamente, o resumo dos fatos. (NR)**

**....**

**Art. 5º. Altera a redação do art. 194:**

**Art. 194-A. Compete ao Conselho Tutelar credenciar o servidor efetivo ou voluntário previsto no Caput, o qual deverá contar com no mínimo 25 anos de idade, ter comportamento idôneo e atuará por dois anos, podendo ser prorrogado. (AC)**

**Parágrafo único: A função será considerada de relevante interesse público e contará pontos em concursos públicos na área da infância e adolescência.**

**Art. 6º. Altera a redação do art. 262:**

**Art. 262. Os Conselhos tutelares entrarão em funcionamento até 180 dias após a publicação desta Lei. (NR)**

**§1º. É considerado ato de improbidade previsto no art. 11 da lei 8429/92 a conduta do agente público que não efetivar o funcionamento do Conselho Tutelar, por violar princípios da infância e adolescência.(AC)**

**§2º. Os Conselhos Tutelares contarão com o apoio técnico de servidores administrativos, assistentes sociais, psicólogos, advogados e outros profissionais necessários ao bom desempenho de sua função preventiva e consultiva.**

**Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.**

**Justificativa:**

O Estatuto da Criança e Adolescente abrange diversas condutas que possam prejudicar a boa formação da criança e adolescente. Porém, esqueceu-se dos lugares mais comuns como bares, bailes e boates e atualmente podemos acrescentar também as lan houses, afinal é mais comum encontrar adolescentes em situação de risco nestes lugares do que em teatros, por exemplo.

Por outro lado, a proposta visa tornar o Conselho Tutelar um ator mais presente, pois representa a participação popular, logo importante que esses locais freqüentados por crianças e adolescentes contem com alvará do Conselho Tutelar e que isso possa até mesmo ser uma receita para melhorar a forma de trabalho dos mesmos.

Nesse sentido faz-se necessário vedar a presença de crianças sem os responsáveis legais em alguns tipos de locais.

Ademais, as pessoas residem nos municípios e não nas Comarcas. Aliás, há mais de cinco mil municípios e menos de duas mil Comarcas. Logo, há cidades distantes mais de trezentos quilômetros e não teriam como ir à sede da Comarca para pleitear autorização para viajar, pois o ato por si só já seria uma viagem. Por isso, importante que a autorização seja expedida pelos Municípios.

Ademais o §3º do art. 83 preverá uma forma de fiscalização externa pelo judiciário e Ministério Público.

É necessário estender o prazo para 16 anos, pois ainda é absolutamente incapaz até essa idade e é muito comum fuga de adolescentes por desejos irrefreados de liberdade e que acabam por mobilizar policiais em sua captura, a qual é dificultada pela possibilidade de viajarem sem autorização.

A proposta do art. 84 segue a tendência de se desjudicializar questões em que não há conflito real de interesses.

A alteração proposta no art. 149 prevê que o Conselho Tutelar emita os atos, isso passa pelo mesmo motivo de que são muito mais cidades do que Comarcas e há casos em que o Judiciário nem conhece todas as cidades da Comarca, pois em alguns casos são em torno de 14 cidades. Ademais, para se questionar o ato do Conselho Tutelar bastaria ir ao Ministério Público da comarca ou ao Juiz, mas para se questionar um ato judicial teria que ir ao

**Tribunal, o que dificulta muito. Inclusive, o Judiciário ao englobar funções quase que legislativas e executivas acaba por incorrer em inconstitucionalidade.**

**Em relação ao artigo 191 apenas visa adequar o mesmo à Constituição Federal, pois não é crível que o Juiz instaure de ofício uma Portaria para processar uma entidade e até mesmo possa determinar o afastamento do diretor, pois é um procedimento inquisitório que viola o princípio do contraditório e imparcialidade judicial. Por exemplo, um Juiz instaura um procedimento de ofício por portaria e ouve o Ministério Público acerca do afastamento do diretor da entidade, e embora o MP seja contrário, o Juiz pode decidir pelo afastamento em uma atitude que praticamente já adiantou o seu posicionamento. Portanto, apenas propomos a exclusão da possibilidade de iniciar o procedimento de ofício pelo Juiz.**

**A proposta do art. 194 apenas busca definir quem seria a autoridade responsável por nomear os servidores voluntários e efetivos, pois atualmente há uma lacuna. E destaca-se novamente a dificuldade em razão de se ter mais cidades do que Comarcas e também não ser o Judiciário um Poder Fiscalizador, pois viola a imparcialidade judicial. Os Conselhos Tutelares como existentes em nível municipal deveriam assumir esta função de nomeação. A função do Conselho Tutelar não pode ser substituída pelo Judiciário, pois estaríamos retornando ao Código Menorista de origem inquisitória e até mesmo estimulando uma resistência para implantação efetiva da participação popular através dos Conselhos Tutelares.**

**Por isso importante tipificar a sua não implantação como ato de improbidade, bem como esclarecer a possibilidade de apoio administrativo e técnico ao órgão.**